

OS IRMÃOS MAÇONS SOB VIGILÂNCIA: UMA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DO SNI PRODUZIDOS DURANTE O GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985)¹

Fabio Lanza²

José Wilson Assis Neves Júnior³

Laura Nunes de Oliveira⁴

Livia Campanheli⁵

Luan Prado Piovani⁶

1 INTRODUÇÃO:

O presente trabalho foi elaborado tendo como base os arquivos inéditos do Serviço Nacional de Informação (SNI), um serviço de inteligência criado em 1964 durante o período da ditadura militar brasileira, que tinha como objetivo supervisionar as atividades de informação envolvendo o Brasil e outros países. O controle dessas supervisões se concentrava na presidência, e procuravam relatar qualquer tipo de atividade nacional ou internacional que poderia ter alguma relevância política ou econômica para o país na época.

Durante toda a sua atuação, o SNI vigiou muitas atividades que estão presentes nos informes referentes a atestados ideológicos, instituições públicas e privadas, movimentos sociais, questões agrárias, processos internos no sistema repressivo, e, no caso, as ordens

¹ Texto aprovado para apresentação no XVIII Simpósio Nacional da ABHR – Concrer 2022, no Simpósio Temático 10 – Religiões, Religiosidades e a História do Tempo Presente, que ocorreu no dia 16 de novembro de 2022.

² Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP). Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais e docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UEL, Londrina/PR. Atualmente realiza Pós-Doutorado junto ao CPDOC-FGV/RJ sob supervisão do Prof. Dr. Américo Freire. E-mail: lanza@uel.br

³ Doutor em Ciências Sociais (Unesp/Marília). Bolsista CNPq de Pós-Doutorado Júnior pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UEL, Londrina/PR, e Pesquisador Colaborador do Departamento de Ciência Política do IFCH-Unicamp, Campinas/SP. E-mail: nevesjr1991@gmail.com

⁴ Bacharelada em Ciências Sociais (UEL). Bolsista CNPq do programa de Iniciação Científica. Integrante do grupo LERR-UEL: Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades. E-mail: laura.nunes.oliveira@uel.br

⁵ Bacharelada em Ciências Sociais (UEL). Bolsista CNPq do programa de Iniciação Científica. Integrante do grupo LERR-UEL: Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades. E-mail: livia.campanheli@uel.br

⁶ Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais (UEL). Mestrando e bolsista CNPq do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH-Unicamp, Campinas/SP. E-mail: luan.piovani98@gmail.com

semisecretas. Os agentes de informação brasileiros vigiavam, investigavam e colaboravam com a repressão e silenciamento das pessoas que faziam oposição à ditadura militar no Brasil. O chefe nacional do SNI respondia apenas ao presidente da república e era responsável por coletar e filtrar todas as informações necessárias ao desenvolvimento de estratégias de manutenção da ordem instituída.

Os arquivos do SNI foram organizados e digitalizados por pesquisadores vinculados ao Arquivo Nacional e ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, ambos no Rio de Janeiro. A principal metodologia de pesquisa é a investigação documental, que conta com o apoio de pesquisadores especialistas de instituições nacionais e internacionais. A base documental usada para a elaboração deste artigo foi retirada do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH), da Universidade Estadual de Londrina, que abriga mais de 7.000 documentos paranaenses e catarinenses do SNI, e estão disponíveis para acesso público, assim como do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Além de ser um procedimento de pesquisa, o processo de preservação, divulgação e investigação desses arquivos também são um ato de denúncia dos processos de vigilância, silenciamento e práticas antidemocráticas cometidas pelos agentes de informação do SNI, e visam à restauração da verdade, ao incentivo à memória e à valorização dos brasileiros que lutaram e deram suas vidas para conquistar a democracia no Brasil. Dessa forma, por meio das atividades de pesquisa, selecionou-se o arquivo inédito do SNI, cujo assunto é a Maçonaria. A ordem semisecreta não é considerada uma religião, no entanto eles seguem princípios similares aos religiosos, como, por exemplo, a adoração a deus supremo, defendendo o discurso de liberdade, fraternidade e igualdade e rejeitando ideologias ateias.

Nesse sentido, esta investigação documental procurou responder aos seguintes problemas de pesquisa:

- Como os agentes do SNI definiam a Maçonaria e seus integrantes?
- Qual era a pretensão dos maçons brasileiros sob a ótica do SNI ?
- Quais aspectos históricos e sociais, explicitados pelos agentes do SNI, relacionam as ações maçônicas e a política nacional e internacional?

2 A POLÍTICA SOB AS LINHAS DO COMPASSO

O primeiro presidente, no período da ditadura militar, foi o general Castelo Branco, que era maçom atuante e ficou no poder de 1964 a 1967. Esse assunto foi abordado na

obra *Posicionamentos da instituição maçônica no processo político ditatorial brasileiro (1964): Da visão liberal ao conservadorismo*, de Tatiana Martins Alméri.

No que se refere às participações maçônicas de Castelo Branco, cabe lembrar que o mesmo era maçom atuante, ou seja, na época em que estava no poder participava de reuniões maçônicas. Nessa ocasião de governo, foram criados vários instrumentos de controle como: o Serviço Nacional de Informações (SNI) e uma lei que impedia a realização de greves de qualquer natureza. Atos institucionais estabeleceram eleições indiretas para o governo estadual que, por seu turno, nomeavam os prefeitos das capitais. (ALMÉRI, 2007, p. 76).

Embora a relação entre o poder executivo federal e a Maçonaria fosse centrada na pessoa do primeiro ditador militar (General Castelo Branco), mesmo assim, houve vigilância do SNI. O principal arquivo analisado para a elaboração deste trabalho foi produzido no dia 11 de setembro de 1981, constituído de 50 laudas. O documento se inicia com informações básicas sobre a organização de âmbito mundial, semissecreta, com uma relevante participação nos meios econômicos, culturais, sociais e políticos, que congregava homens de negócios, juristas, militares, políticos e diferentes outros profissionais.

A primeira parte desse arquivo traz dados históricos, como a primeira grande Loja Maçônica Inglesa, considerada a mãe da Maçonaria Contemporânea, fundada por James Anderson e outros, em 1717; informações sobre a primeira potência maçônica brasileira, que entrou em dissidência, formando “O Grande Oriente do Brasil” e as “Grandes Lojas”, em meados de 1900. As relações universais das potências, após a formação de novas lojas, eram mantidas por tratados de Amizade, mantinham comunicação e troca de representantes entre si, pois não adotam um Poder Maçônico Mundial.

O documento, no tópico “A Maçonaria como um todo”, relata o processo de ingresso na Maçonaria. Um dos critérios de aceitação na ordem é acreditar em um ser superior criador do universo, O Grande Arquiteto do Universo, não importando a religião que o indivíduo segue. Outro critério de aceitação é a situação econômica, que deveria ser suficiente para as despesas da Maçonaria e que, naquele momento, seria receber, no mínimo, cinco salários mínimos mensais. Na finalização desse tópico, são citados os pontos de base da Maçonaria: Liberdade, Fraternidade e Igualdade com vistas à libertação do homem com relação a Deus, O Grande Arquiteto do Universo.

Segundo os agentes do SNI, a Maçonaria brasileira era organizada da seguinte forma: as Lojas Maçônicas, dirigidas por um Venerável, estão situadas dentro de um Grande Oriente Estadual, dirigido por um Grão-Mestre Estadual ou Geral, que é

subordinado a um Grande Oriente do Brasil, na época, gerenciado pelo o ex-Senador Osires Teixeira, o Grão-Mestre do Brasil.

O Grande Oriente do Brasil é organizado de forma semelhante aos Poderes Civis da Nação: Poder Executivo, representado pelos Grão-Mestres e Veneráveis; Poder Legislativo, representado por uma Assembleia Estadual Legislativa e uma Assembleia Federal Legislativa, e Poder Judiciário, com todos os tribunais. Os três poderes funcionam da mesma forma que os Poderes Civis do Brasil, respeitando a Constituição e o Regulamento Geral da Ordem e os Regimentos Internos.

Em seguida, a fonte documental esclarece o funcionamento das Grandes Lojas, explicando que elas diferem do Grande Oriente do Brasil apenas no que se refere aos poderes. As Lojas são independentes entre si, e os Veneráveis se reúnem na Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil para eleger um Grão-Mestre, o Sereníssimo, os quais, quando reunidos, traçam as normas a serem seguidas pelas Lojas. Como não há um Poder Central nessas Confederações, elas são transitórias.

Por meio da atividade de pesquisa documental sobre o Serviço Nacional de Informações, foi possível compreender a ótica dos agentes sobre a Maçonaria como um todo. Durante a investigação no documento de base para este artigo, apareceram algumas contradições no discurso dos agentes quanto à proibição de envolvimento dos maçons no campo político, uma vez que os maçons do alto escalão da hierarquia estavam vinculados à estrutura do Estado brasileiro, com funções relevantes conforme destaca o relatório. O trecho a seguir, retirado do documento citado, afirma a proibição de discussões de política partidária e a razão dessa norma:

A Maçonaria é uma ordem, não é religião, nem seita como pensam os menos esclarecidos. Ela é uma comunhão que busca a paz e a fraternidade de todas as criaturas humanas. Razão por que se proíbem nas Lojas as discussões de política partidária e de religião, e apenas, se admitem, em algumas Lojas, referências à Ciência Política, às Ciências Sociais, às manifestações de consciência, mas tudo sem crítica, e no sentido histórico e evolutivo com o objetivo de congregar e unir.” (ACT/ACE - 1443/81, laudas 5-6).

Segundo esse fragmento, é proibido, nas Lojas, discussões de política partidária e religião, em prol da busca pela paz e a fraternidade. No entanto, percebe-se uma preocupação por parte dos agentes em justificar conexões entre o meio político e o religioso da maçonaria.

Adiante, os agentes também declaram a não aceitação de candidatos comunistas e daqueles que pregam o ateísmo: “Rejeitam-se aqueles que sejam ateus ou professem ideologias que pregam o ateísmo, razão porque não se aceitam candidatos comunistas ou com tendências ao comunismo” (ACT/ACE - 1443/81, lauda 5).

Posteriormente, ainda no mesmo documento, os agentes do SNI acabam citando aspectos que relacionam a ordem semissecreta à política nacional. Apesar disso, continuam sustentando o discurso de proibição de envolvimento no campo político, mantendo a mesma contradição citada anteriormente:

O envolvimento no campo político não é permitido, no entanto sempre há alguns que procuram envolver os irmãos em assuntos políticos, sob a alegação que no passado, em particular na nossa independência e proclamação da república, houve interferência da Maçonaria, mas hoje, via de regra, a maioria intervém no assunto, cessando as discussões políticas” (ACT/ACE - 1443/81, lauda 8).

Levando em conta a proibição dos maçons no campo político, segundo o jornal “O Estadão”, pode-se observar, na política contemporânea, a participação de grandes nomes do cenário brasileiro, por exemplo, o atual vice-presidente Hamilton Mourão, que afirma: “A maior homenagem que podemos fazer é resgatar a memória de sua luta pela liberdade, conhecimento e fraternidade. A contribuição do maçom à vida pública, política e social vem de longa data e distintas geografias”. Também podem ser citados os ex-presidentes da república, Jânio Quadros e Michel Temer. Este último frequentou a ordem durante 14 anos.

Além dos políticos atuais já mencionados acima, Dom Pedro I também foi iniciado na ordem maçônica por indicação de José Bonifácio, o chamado “patriarca da independência” e ex-ministro das relações exteriores no Brasil em 1822. Dom Pedro I chegou a assumir o posto de Grão-Mestre e, por conta dessa relação com a maçonaria, muitos historiadores maçons acreditam que a proclamação da independência do Brasil aconteceu em razão da ordem semissecreta.

Por surpreendente que possa parecer, os historiadores maçons julgam que os documentos levados por Paulo Bregaro – como cartas entregues a D. Pedro em “memória” do emissário da Maçonaria, Antônio de Menezes Vasconcellos Drumond, nas províncias de Pernambuco e da Bahia – proporcionaram a proclamação da independência do Brasil (FERREIRA, s/d).” (ALMÉRI, 2007, p. 37).

No entanto, historiadores não relacionados à ordem semissecreta afirmam que a proclamação da independência do Brasil seria inevitável, apenas teria acontecido de maneira diferente, pois, observando acontecimentos históricos de países semelhantes ao

Brasil, é possível apontar que as proclamações obedeceram a estruturas políticas, econômicas e sociais.

No que se diz respeito às relações maçônicas e à política internacional, foi encontrado, no arquivo investigado, um trecho sobre a ordem chamada Franco-Maçonaria, criada durante a era napoleônica: “Há um agrupamento conhecido por Franco-Maçonaria, originária da FRANÇA da era napoleônica, que congrega homens e mulheres mas que é pouco difundida no Brasil.” (ACT/ACE - 1443/81, lauda 7).

Ainda que os agentes afirmem que esse agrupamento foi pouco difundido no Brasil, a franco-maçonaria influenciou a criação da maçonaria no país. No século XIX, muitos acontecimentos históricos do Brasil foram influenciados por tendências europeias, principalmente as de origem francesa. O historiador britânico Eric Hobsbawm, em seu livro *Era das Revoluções: 1789-1848*, afirma: “Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa” (1962). Sob essa perspectiva, as diferentes ordens maçônicas estiveram presentes na formação nacional do Brasil.

3 A CARTA DE RESGATE: UMA TENTATIVA DE INTERVENÇÃO

Seguindo a investigação do arquivo do SNI da agência de Curitiba, na lauda 10, encontra-se uma cópia anexa da carta enviada, em 18 de junho de 1980, para o ditador militar e presidente da época, João Baptista Figueiredo, intitulada Declaração de Apoio Apartidário e de Colaboração ao Governo Brasileiro, que abarca inúmeras questões, em uma análise de questões conjunturais.

Ao analisar a carta enviada pelos “irmãos maçons”, percebe-se, pelo discurso, que eles tentam influenciar as decisões governamentais com sugestões sobre os seguintes assuntos: racionalização, burocratização, inflação, correção monetária, desajuste do sistema econômico, educação, tabelamento de preços, atividades de empresas estatais, o intermediário, mecanismos institucionais, secretaria da saúde, secretaria da previdência social, secretaria da assistência social, produção vegetal, animal e mineral, energia, indústria e comércio, fazenda, justiça, relações exteriores, transportes, comunicações, planejamento e ministério das forças armadas.

O tópico “inflação” é o mais desenvolvido pelos maçons. Nele, abordam assuntos que tratam a inflação como um agravante para a situação econômica do país, tais como:

taxa de desemprego, a questão agrária e a pornografia. O autor aponta fatores determinantes das problemáticas e, em seguida, compartilha possíveis soluções.

Para o momento da nossa economia, é indispensável urgente aumento do “nível de emprego”. Para isto ser possível, urge a revisão da “política agrária”, que permita ao homem do campo - o verdadeiro - ser um elemento dinâmico da produção, um lugar de se transformar - como está acontecendo - num marginal nas grandes cidades” (ACT/ACE - 1443/81, “Inflação” lauda 14).

Quanto às questões morais, alguns posicionamentos são esclarecidos na carta ao presidente, sendo destacado pelos irmãos da ordem o “detrimento dos valores”. Para ilustrar o assunto, é mencionada uma revista e, assim, relacionam o chamado crime ilustrado à abertura política, como pode ser evidenciado no trecho a seguir, que diz respeito a pornografia:

“É do pasmar..., é de estarrecer...; além do bacanal incensurável e das doenças mentais, já se faz, impunemente, sob a égide da "abertura política" , a apologia do "crime ilustrado " (o estupro), tudo como instrumento o artifício e da violência reinante (não é só a fome e a miséria, mas o relaxamento dos valores morais).” (ACT/ACE - 1443/81, “Inflação” lauda 16).

No entanto, é clara a presença de algumas falas problemáticas e preconceituosas quanto a determinadas classes sociais no país, como os trabalhadores rurais sem-terra, as populações marginalizadas e a questão racial completamente ignorada no documento. Também é válido ressaltar que, em nenhum momento, nem na carta enviada, nem no relatório, os maçons questionam a ditadura militar e suas torturas, e nem declaram apoio aos movimentos sociais, como o Movimento Sindical e o Movimento Contra a Carestia (MCC), que lutavam contra o alto custo de vida, o que é contraditório, pois um dos principais assuntos discutidos na carta foi a questão inflacionária. O trecho a seguir expõe uma interpretação com base em uma análise de dados fornecidos pela Receita Federal sobre uma estimativa da renda populacional do Brasil:

[...] a "classe dos miseráveis" é tremendamente grande, a pobre é terrivelmente enorme, a dito classe média uma verdadeira "ficção" e a rica esmagadoramente mínima. Não se analise ou só conclua a existência da classe média pela fabricação e venda de automóveis, pois os "baús da felicidade" distribuem a granel no meio de quem nem pode custear a manutenção do veículo, (fato antieconômico por excelência) ou pela fabricação e venda dos aparelhos de televisão a cores, pois qualquer favelado possui (quando não o tenha furtado).” (ACT/ACE - 1443/81, lauda 44 - 45).

Para finalizar a carta, o Excelso Conselho da Maçonaria Adonhiramita, Aylton de Menezes, realiza uma síntese dos assuntos tratados na carta e declara que a intenção da carta é apenas cooperar com o governo da nação e formalizar o apoio ao presidente por meio de um discurso esperançoso e de lealdade à pátria, mantendo-se à disposição para prolongar um assunto em outra oportunidade. Compartilha suas preces ao “Grande Arquiteto do Universo” para que o ilumine e guarde para que siga a gestão com “sabedoria e espírito de justiça”.

“Senhor Presidente Figueiredo. Dizer-se que medidas paleativas não irão resolver os problemas político-econômico e social do Brasil, é repetir-se o repetido, eis que é evidente a necessidade de reformulação e reestruturação das sistemáticas existentes, inclusive a reformulação dos valores morais, posto que as atuais ou são arcaicas ou distorcidas, como, principalmente, as distantes da realidade brasileira.” (ACT/ACE - 1443/81, lauda 44).

Além da carta anexada ao arquivo, também há a carta de resposta do então presidente João Figueiredo, que foi enviada ao Excelso Conselho da Maçonaria Adonhiramita dois meses após o envio da primeira carta. Figueiredo é breve em sua resposta, apenas agradece a declaração de apoio partidário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, ressalta-se que a criação do instrumento de vigilância SNI foi realizada sob um cenário político-militar e sob a gestão do general Castelo Branco, que era membro ativo da maçonaria. O arquivo analisado, retirado do instrumento, que conta com 50 laudas, é dividido em duas partes, sendo elas a interpretação dos agentes do SNI sobre a maçonaria e a extensa carta enviada pelos irmãos maçons ao presidente da república atuante, João Baptista Figueiredo.

O documento obtém informações sobre a ordem semissecreta fundada em 1717, trazendo informações que dizem respeito à formação do Grande Oriente do Brasil e suas grandes Lojas, que mantinham tratados de amizades entre si por meio de comunicação e trocas de representantes. Embora a Maçonaria não seja uma ordem religiosa, apresenta princípios e características de uma religião, como a adoração a um deus, o “Grande Arquiteto do Universo”, e a proibição de ideologias ateias.

A partir da investigação documental, percebe-se uma contradição no discurso dos agentes, no que diz respeito à proibição de envolvimento dos maçons no campo político. Essa questão foi evidenciada em trechos do próprio documento, e, em seguida, relacionam a Maçonaria a acontecimentos da política nacional, como o processo de independência e

de proclamação da república. Nesse sentido, historiadores maçônicos apontam que, sem a ordem, a proclamação da independência não teria acontecido. No entanto, outros historiadores que não pertencem à ordem afirmam que esse evento aconteceria de qualquer forma, seguindo o padrão dos países semelhantes ao Brasil.

Na análise do relatório do pedido de busca, é possível perceber uma perspectiva empática da parte dos agentes ao afirmarem que os maçons são cristãos e caridosos, além de serem membros da elite e se autoajudarem. Também evidencia-se a pretensão dos maçons brasileiros de influenciar as decisões governamentais e expor suas opiniões sobre determinados assuntos econômicos e políticos do Brasil, apontando fatores determinantes de problemáticas e, em seguida, possíveis soluções.

Mediante o exposto, pode-se afirmar que o documento citado expressa o *modus operandi* a favor da ditadura militar, visto que os maçons não se contrapõem ao assunto. Ademais, embora haja contradições referentes à proibição dos maçons no cenário político, ainda assim, eles se fazem presentes de forma ativa em muitos momentos da política brasileira, não só nos eventos históricos, mas na tentativa de intervir nas decisões governamentais do período militar, ou no cenário da política atual, seja por meio de políticos membros da ordem ou por meio da comunidade em si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REDAÇÃO. **Eleições 2022**. In: O que é a maçonaria e qual sua relação com a política?. [S. l.], 5 out. 2022. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes-2022-o-que-e-a-maconaria-e-qual-sua-relacao-com-a-politica/>> . Acesso em: 14 nov. 2022.

ALMÉRI, Tatiana Martins. **Posicionamentos Da Instituição Maçônica No Processo Político Ditatorial Brasileiro** (1964): Da visão liberal ao conservadorismo. Orientador: Prof. Doutor Edimilson Antônio Bizelli. 2007. 183 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA JUNIOR, Thiago de. **De Lá Pra Cá**: apontamentos da formação franco-maçonomia como espaço de sociabilidade e sua influência na construção da Maçonaria no Brasil. <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2016.34.1.al.227-244> , p. 227-244, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/25008/20258> . Acesso em: 14 nov. 2022.

ROLLSING, Carlos. Em São Paulo, Michel Temer foi maçom por 14 anos: Apesar da filiação por mais de uma década, currículo do presidente interino do Brasil na entidade não é dos mais extensos. **GZH Política**, [S. l.], p. 1-2, 15 maio 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2016/05/em-sao-paulo-michel-temer-foi-macom-por-14-anos-5801815.html> . Acesso em: 14 nov. 2022.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BRASIL, Serviço Nacional de Informações. Cópia de documentos - **Maçonaria**, 11 de setembro de 1981. ACT/ACE-1443/81, 50 laudas. Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL)